



cf2
11-10-17
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

CERCI – Cooperativa para a Educação e
Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

BALANÇO	4
DEMONSTRAÇÃO de RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL	6
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	7
1. Introdução.....	8
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
2.1. Base de Preparação.....	9
2.2. Derrogação das disposições do SNC	9
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas.....	9
3.1. Ativos fixos tangíveis.....	9
3.2. Imparidade de ativos.....	10
3.3. Ativos financeiros.....	10
3.4. Clientes e Outras contas a receber	11
3.5. Caixa e equivalentes de caixa	12
3.6. Passivos financeiros	12
3.6.1 Financiamentos.....	13
3.7. Fornecedores e Outras contas a pagar	13
3.8. Provisões.....	13
3.9. Locações.....	13
3.10. Gastos e Rendimentos.....	14
3.11. Rédito	14
3.12. Principais estimativas e julgamentos apresentados	14
3.12.1. Provisões.....	14
3.12.2. Ativos tangíveis e intangíveis	15
3.12.3. Imparidade	15

f2
TE-107
JG
S
STELLA

4.	Fluxos de caixa	15
4.1.	Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	15
4.2.	Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários	15
5.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	16
5.1.	Erros de períodos anteriores	16
6.	Ativos fixos tangíveis	16
7.	Clientes/Utentes	18
8.	Diferimentos	18
9.	Fundo social	18
10.	Outros instrumentos de Capital	18
11.	Fornecedores	19
12.	Outras contas a pagar	19
13.	Estado	19
14.	Vendas e serviços prestados.....	20
15.	Fornecimentos e serviços externos	21
16.	Gastos com pessoal	22
17.	Outros rendimentos e ganhos	22
18.	Outros gastos e perdas.....	22
19.	Juros e gastos e rendimentos similares	23
20.	Locações.....	23
21.	Contingências.....	23
22.	Matérias Ambientais	23
23.	Partes relacionadas	23
23.1.	Remunerações dos Órgãos Sociais.....	23
24.	Eventos subsequentes.....	24
25.	Informação adicional.....	24

f2
 11-11-17
 J. Cay
 J
 S. M. Costa

DEMONSTRAÇÃO de RESULTADOS

Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	14	556 139,38	552 502,97
Subsídios à exploração		2 293 984,30	2 288 289,64
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. Conj			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		-	7 721,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(43 491,96)	(52 579,18)
Fornecimentos e serviços externos	15	(560 093,82)	(482 830,59)
Gastos com o pessoal	16	(2 028 859,48)	(2 034 349,39)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	17	87 312,45	84 836,67
Outros gastos e perdas	18	(51 596,39)	(56 564,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		253 394,48	307 026,58
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	6	(190 909,34)	(187 450,66)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		62 485,14	119 575,92
Juros e rendimentos similares obtidos	19	28,74	1 014,19
Juros e gastos similares suportados	19	(61 694,36)	(58 449,75)
Resultado antes de impostos		819,52	62 140,36
Resultado líquido do exercício		819,52	62 140,36

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2017	5 276,26	99 304,34	(113 322,78)	(13 950,02)	(22 692,20)
Alterações no período					-
Primeira adoção de novo referencial contábilístico					-
Alterações no período					-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-
Aplicação de Resultados	-	-	(13 950,02)	-	(13 950,02)
	<u>5 276,26</u>	<u>99 304,34</u>	<u>(127 272,80)</u>	<u>(13 950,02)</u>	<u>(36 642,22)</u>
Resultado líquido do período	-	-	-	62 140,36	62 140,36
Resultado integral	<u>5 276,26</u>	<u>99 304,34</u>	<u>(127 272,80)</u>	<u>48 190,34</u>	<u>25 498,14</u>
Operações com detentores de capital no período					
Realizações de capital	30,00	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	(33 695,88)	-	-	(33 695,88)
	30,00	(33 695,88)	-	-	(33 695,88)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2017	<u>5 306,26</u>	<u>65 608,46</u>	<u>(127 272,80)</u>	<u>62 140,36</u>	<u>5 782,28</u>

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2018	5 306,26	65 608,46	(127 272,80)	62 140,36	5 782,28
Alterações no período					
Aplicação de Resultados			62 140,36		62 140,36
	<u>5 306,26</u>	<u>65 608,46</u>	<u>(65 132,44)</u>	<u>62 140,36</u>	<u>67 922,64</u>
Resultado líquido do período				819,52	819,52
Resultado integral	<u>5 306,26</u>	<u>65 608,46</u>	<u>(65 132,44)</u>	<u>62 959,88</u>	<u>68 742,16</u>
Operações com detentores de capital no período					
Realizações de capital	180,00	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	31 921,00	-	-	31 921,00
A 31 de Dezembro de 2018	<u>5 486,26</u>	<u>97 529,46</u>	<u>(65 132,44) -</u>	<u>819,52</u>	<u>38 702,80</u>

42
 R. Alvim
 J. J.
 A.
 S.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	524 906,16	556 514,14
Pagamentos a fornecedores	(580 080,28)	(527 837,42)
Estado		
Pagamentos ao pessoal	(2 027 849,01)	(2 034 703,73)
	(2 083 023,13)	(2 006 027,01)
Caixa gerada pelas operações		
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/ pagamentos	2 139 302,07	2 096 871,56
	56 278,94	90 844,55
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(9 805,34)	(19 116,69)
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Imobilizações incorpóreas		
Dividendos		
	(9 805,34)	(19 116,69)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento	28,74	1 014,19
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos e similares		
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento	(61 694,36)	(58 449,75)
	(61 665,62)	(57 435,56)
Variação de caixa e seus equivalentes		
Efeitos das diferenças de câmbio	(15 192,02)	14 292,30
Caixa e seus equivalentes no início do período	41 739,87	27 447,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	26 547,85	41 739,87
	(15 192,02)	14 292,30
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	280,31	316,81
Depósitos bancários	26 267,54	41 423,06
	26 547,85	41 739,87

c/2
 11-10-17
 [assinatura]
 [assinatura]
 [assinatura]

2
7-10
0
A
STRELLA

1. Introdução

A CERCI – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade, CRL foi constituída em 16 de Julho de 1975 no cartório notarial de Lisboa, tendo a sua sede em Lisboa, na Avenida Avelino Teixeira da Mota, Lote E. Enquanto cooperativa de solidariedade social é organização, sem fins lucrativos e de utilidade pública reconhecida, que tem por missão contribuir para a qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e multideficiência, atuando na prevenção, sensibilização, promoção de competências e capacidades e desenvolvimento de atividades, através do fomento de uma comunidade orientada pelo otimismo, motivação e pela não discriminação.

Possui instalações no concelho de Lisboa situadas nas seguintes localizações:

- Centro Ocupacional dos Olivais:

Rua Cidade Da Beira nº 81

- Centro de Transição para a Vida Adulta e Ativa:

Avenida Avelino Teixeira da Mota, Lote E

- Centro Ocupacional Espaço da Luz:

Largo da Luz nº 7D

- Centro de Formação Profissional:

Rua Aquilino Ribeiro, junto à Escola Primária 195

- Intervenção Precoce na Infância:

Rua Tomás Alcaide Lote 63E

- Centro de Recursos para a Inclusão

Durante o ano de 2018 foram estabelecidos planos de Ação com 11 Agrupamentos escolares de Lisboa e 1 de Loures.

A CERCI teve uma média de 119 colaboradores de diferentes Perfis Funcionais e níveis académicos.

Estas Demonstrações Financeira foram aprovadas em Direção em 11 de Março de 2019.

É da opinião da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da CERCI, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, à data de 31 de dezembro de 2018. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela CERCI, sem impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o "custo considerado" à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com financiamentos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

A CERCI apenas capitaliza ativos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 1.000€, exceto quanto aos ativos que tenham a mesma natureza, sejam adquiridos para instalar na mesma localização, e que de forma agregada excedam esse montante.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '12' and various illegible signatures.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	5
Equipamento administrativo	8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior valor contabilístico (ver política 3.4).

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2. Imparidade de ativos

A CERCI avalia os ativos fixos tangíveis para efeitos de imparidade sempre que existem indícios de perda de valor. Quando o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a CERCI regista a respetiva perda por imparidade.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do ativo é calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados pela Direção, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.3. Ativos financeiros

A Direção determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

12
M. A. A.
J. A.
S. A.
S. A.

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A CERCÍ classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros:

- i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes/utentes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contractos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A CERCÍ classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contractos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A CERCÍ avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a CERCÍ reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.4. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. Os ajustamentos referentes maioritariamente a dívidas de utentes, são constituídos tendo em conta a avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada exercício. As perdas por imparidade dos Clientes/utentes e Contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efetiva do ativo financeiro.

A CERCÍ ajusta por imparidade todas as dívidas de utentes, com antiguidade superior a 24 meses, por a probabilidade de cobrança ser reduzida. Assim, não há lugar a imparidade nas dívidas de utentes superior a 24 meses no quando exista acordo de pagamento entre as partes.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando:

- (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou

(c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve:

- (i) desreconhecer o ativo; e
- (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

17-11-11
42
OP
S
SNEKES

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.6. Passivos financeiros

A Direção determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A CERC1 classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contractos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.6.1 Financiamentos

Os financiamentos obtidos são provenientes das instituições seguintes:

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	-	548 753,21	548 753,21	-	758 779,81	758 779,81
CGD - Caixa Geral de Depósitos		63 290,81	63 290,81		88 471,21	88 471,21
Millennium			-			-
Montepio Geral		485 462,40	485 462,40		670 308,60	670 308,60
Descobertos bancários			-			-
	-	548 753,21	548 753,21	-	758 779,81	758 779,81

3.7. Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

3.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a CERCI tem:

- uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados;
- para a qual é mais provável que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
- o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a CERCI divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.9. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a CERCI detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a CERCI não tem opção de compra no final do

contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a CERCI tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação (Ver nota 20 – Locações).

9=10/17
f-2
Suepeu

3.10. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.11. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da atividade da CERCI. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Na CERCI, o rédito reconhecido está relacionado com a atividade de educação e reabilitação e os valores recebidos são referentes a:

- Vendas de Produtos;
- Prestações de Serviços;
- Mensalidades;
- Trabalhos para a própria Entidade;
- Subsídios à Exploração.

O rédito das mensalidades é faturado no início de cada mês.

3.12. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da CERCI são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.12.1. Provisões

A CERCI analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos

pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.12.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direção para os ativos em questão, considerando também as práticas adotadas por outras congéneres.

3.12.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais, fora da esfera de influência da CERC I, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à CERC I.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais

4. Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A CERC I não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4.2. Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Numerário		
- Caixa	<u>280,31</u>	<u>316,81</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	26 267,54	30 423,06
CGD - Caixa Geral Depósitos	3 943,61	3 728,92
BPI - Banco Português Investimentos	9 175,89	11 880,27
BCP - Millennium		2 708,63
MG - Montepio Geral	13 148,04	12 105,24
- Outros Depósitos		<u>11 000,00</u>
Outras aplicações de tesouraria		
- Em bancos nacionais		
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	<u>26 547,85</u>	<u>41 739,87</u>
Equivalentes de caixa (passivo)		
Total	<u>26 547,85</u>	<u>41 739,87</u>

Te Alve
efe2
dy
A
Stevens

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Erros de períodos anteriores

Em 2018 não foi identificado qualquer erro relativo a exercícios anteriores passíveis de correção, de acordo com os princípios da NCRF 4.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Handwritten notes:
 7 = Ativo
 Salvo
 [Signature]

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2017						
Custo de aquisição	3 661 863,09	526 255,56	358 261,36	53 624,43	13 581,78	4 613 586,22
Imparidade acumulada						
Depreciações acumuladas	-3 108 944,98	-513 403,13	-358 261,36	-51 002,18	-12 262,69	-4 043 874,33
Valor líquido	552 918,11	12 852,43		2 622,25	1 319,09	569 711,89
Movimento de 2017						
Adições	14 707,54	3 693,06		498,99	217,10	19 116,69
Alienações						
Transferências e abates						
Imparidade do exercício						
Depreciação - exercício	-182 441,80	-3 541,66		-764,23	-702,97	-187 450,66
Depreciação - alienações						
Depreciação- transf. e abates						
Valor líquido	385 183,85	13 003,83		2 357,01	833,22	401 377,92
31 de Dezembro de 2017						
Custo de aquisição	3 676 570,63	529 948,62	358 261,36	54 123,42	13 798,88	4 632 702,91
Imparidade acumulada						
Depreciações acumuladas	-3 291 386,78	-516 944,79	-358 261,36	-51 766,41	-12 965,66	-4 231 324,99
Valor líquido	385 183,85	13 003,83		2 357,01	833,22	401 377,92

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2018						
Custo de aquisição	3 676 570,63	529 948,62	358 261,36	54 123,42	13 798,88	4 632 702,91
Imparidade acumulada						
Depreciações acumuladas	-3 291 386,78	-516 944,79	-358 261,36	-51 766,41	-12 965,66	-4 231 324,99
Valor líquido	385 183,85	13 003,83		2 357,01	833,22	401 377,92
Movimento de 2018						
Adições	976,29	2 778,10		2 408,96	3 641,99	9 805,34
Alienações						
Transferências e abates						
Imparidade do exercício						
Depreciação - exercício	-182 347,00	-4 004,68		-1 157,88	-1 431,37	-188 940,92
Depreciação - alienações						
Depreciação- transf. e abates						
Valor líquido	203 813,14	11 777,26		3 608,09	3 043,84	222 242,33
31 de Dezembro de 2018						
Custo de aquisição	3 677 546,92	532 726,72	358 261,36	56 532,38	17 440,87	4 642 508,25
Imparidade acumulada						
Depreciações acumuladas	-3 473 733,78	-520 949,46	-358 261,36	-52 924,29	-14 397,03	-4 420 265,92
Valor líquido	203 813,14	11 777,26		3 608,09	3 043,84	222 242,33

Adições

Os aumentos ocorridos na rubrica do Ativo Tangível no decurso do exercício de 2018, foram de 9.805,34 € referentes a obras, compra dum forno, estufa, computador, máquina de secar, esquentador e Secador.

Abates

Não foram abatidos quaisquer equipamentos

17=11/1/2
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]

7. Clientes/Utentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a decomposição da rubrica de Clientes/Utentes, é como se segue:

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - c/c	64 143,03		64 143,03	32 909,81		32 909,81
Clientes de cobrança duvidosa			-			-
Imparidade de clientes			-			-
Total Clientes	64 143,03	-	64 143,03	32 909,81	-	32 909,81

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 a CERCÍ tem registado na rubrica Diferimentos os seguintes saldos:

	2018	2017
Remunerações a liquidar	142 059,96	140 653,43
Total de gastos a reconhecer	142 059,96	140 653,43

9. Fundo social

A CERCÍ tem um Fundo Social realizado de 5.486,26 €.

10. Outros instrumentos de Capital

- Os movimentos registados nesta rubrica referem-se aos empréstimos de sócios para coberturas conjunturais do défice de exploração.

Relativamente ao Resultado Líquido do exercício 2018 foi deliberada a transferência para a conta de Resultados transitados no valor de 819,52 €.

11. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se a serviços de fornecimento de refeições, transportes e conservação. Em baixo um descritivo dos principais fornecedores existentes:

Descrição	2018	2017
Barros e Santos	4 467,81	5 081,96
EDP	4 288,57	2 346,31
EPAL	2 905,99	1 367,57
Galp - Gás Natural	2 994,61	1 309,08
Gertal	20 299,99	9 494,92
Riso Ibérica	2 247,82	2 460,92
Traço de União	15 557,47	4 023,80
TST - Transportes Sul do Tejo	5 065,93	9 260,16
Outros	16 491,18	15 469,15
Total saldo fornecedores - correntes	74 319,37	50 813,87

- i) Fornecedores de investimentos – saldo a pagar decorrente da aquisição de equipamento da Residência.
- ii) Remunerações a liquidar referentes a subsídio de férias e de Natal.

12. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores investimento	3 065,12		3 065,12	492,00		492,00
Pessoal						
Descontos Judiciais	428,44		428,44	193,43		193,43
Sindicatos	72,55		72,55	105,00		105,00
Outras contas a pagar	3 566,11	-	3 566,11	790,43	-	790,43

13. Estado

Em 31 de dezembro de 2018, o detalhe da rubrica de Estado é como segue:

	2018		2017	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos s/ rendimento - IRS - Trab. Dependente		19 141,56		25 273,65
Impostos s/ rendimento - IRS - Trab. Independente		582,39		
Fundo de Compensação				
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	156,14		156,14	
Contribuições p/ segurança social		35 971,33		63 363,13
	156,14	55 695,28	156,14	88 636,78

14. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2018	2017
Vendas de Produtos		
Pirilampo	52 659,52	75 692,34
Produtos	12 252,06	10 725,57
	64 911,58	86 417,91
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Mensalidades	440 167,55	421 776,22
Serviços de utentes	51 057,24	44 308,84
	491 224,79	466 085,06

16. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal durante o exercício de 2018, foram os seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações		
Remuneração Base	1 164 024,59	1 165 617,57
Subsídio de Alimentação	79 997,35	92 572,44
Outros Abonos	118 758,08	118 179,57
Férias e Subsídio Férias	201 219,37	202 156,38
Subsídio Natal	98 522,88	94 215,67
	<u>1 662 522,27</u>	<u>1 672 741,63</u>
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	344 604,98	345 453,00
Seguros acidentes trabalho	21 467,23	16 099,76
Formação Profissional	265,00	55,00
Sub-total	<u>366 337,21</u>	<u>361 607,76</u>
Gastos com o pessoal	<u>2 028 859,48</u>	<u>2 034 349,39</u>

17. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outros rendimentos		
Reembolso deslocações de utentes	23 870,04	24 219,99
Quotizações	3 149,62	4 169,64
Donativos	22 047,18	46 560,52
Outros Rendimentos	38 245,61	9 886,52
	<u>87 312,45</u>	<u>84 836,67</u>

18. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Detalhe de outros gastos		
Impostos	1 047,52	991,70
Quotizações	2 564,28	2 530,00
Gratificações a utentes	23 862,21	22 734,40
Bolsas de Formação	24 102,38	30 238,48
Outros Gastos	20,00	70,00
	<u>51 596,39</u>	<u>56 564,58</u>

17-11-17
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the acronym 'FORMEM' and a signature.

19. Juros e gastos e rendimentos similares

Durante o exercício de 2018 houve os seguintes juros e rendimentos.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros e gastos similares		
Juros pagos	61 694,36	58 449,75
	<u>61 694,36</u>	<u>58 449,75</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	28,74	1 014,19
	<u>28,74</u>	<u>1 014,19</u>

20. Locações

A CERCI não dispõe equipamentos em sistema de Aluguer Operacional.

21. Contingências

A CERCI não tem passivos nem ativos contingentes.

22. Matérias Ambientais

Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2018, a CERCI, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental.

Em 31 de Dezembro de 2018 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção da Direção que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Instituição.

23. Partes relacionadas

A CERCI integra a FENACERCI – Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social e a FORMEM – Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência.

23.1. Remunerações dos Órgãos Sociais

Os elementos dos Órgãos Sociais da CERCI assim considerados não auferiram qualquer remuneração pela sua participação nesses órgãos e foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão.

24. Eventos subsequentes

Entre a data de Balanço e a data de aprovação das Demonstrações Financeiras não são conhecidos eventos subsequentes que tenham efeitos nas Demonstrações Financeiras da CERCÍ referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

25. Informação adicional

A repartição dos Rendimentos e Gastos por atividade, em 2018, é a que se segue:

BALANCETE CENTRO CUSTOS 2018 Código de Contas	Centro de Actividades Ocupacionais				Residência	Centro Formação Profissional	Interv. Precoce	CAAAPD	TOTAL
	Olivais	CTVAA	Qta. Luz	TOTAL					
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)+(3)					
Gastos									
61 - Pírilampo, Gen Alim, Mat. Escritório	4 115,29	13 503,29	3 858,08	21 476,65	2 572,05	19 443,25			43 491,96
62 - Fornecimentos e Serv. Externos	73 168,88	153 480,56	49 336,45	275 985,89	173 006,83	92 502,93	16 071,54	2 526,63	560 093,82
63 - Gastos com o Pessoal	231 030,52	871 841,86	195 104,25	1 297 976,63	156 946,80	351 031,06	136 306,47	86 598,52	2 028 859,48
64 - Gastos com Depr. e Amortizações	17 973,55	111 859,75	16 850,20	146 683,50	18 950,54	25 275,30			190 909,34
68 - Outros Gastos e Perdas	1 813,01	14 262,50	10 250,11	26 325,62	359,51	24 911,27			51 596,39
69 - Juros Suportados	7 080,26	23 232,10	6 637,74	36 950,10	4 425,16	20 319,10			61 694,36
TOTAL DE GASTOS	335 181,50	1 188 180,05	282 036,84	1 805 398,38	356 260,89	533 482,91	152 378,01	89 125,15	2 936 645,35
Rendimentos									
71 - Vendas	8 538,23	27 621,08	9 094,87	45 254,18	4 776,08	14 884,33			64 914,59
72 - Prestação de Serviços	68 032,88	315 859,88	65 975,91	449 868,68	41 299,74	56,38			491 224,79
74 - Trabalhos para a própria Entidade									
75 - Subsídios	228 369,72	829 279,37	212 016,79	1 269 665,89	273 620,48	509 157,28	154 823,93	86 716,73	2 293 984,30
76 - Reversões									
78 - Outros Rendimentos	14 649,46	29 703,46	7 707,21	52 060,14	24 693,02	10 559,29			87 312,45
79 - Juros Obtidos	3,96	13,01	3,72	20,69	2,48	5,57			28,74
TOTAL DE RENDIMENTOS	319 594,25	1 202 476,81	294 798,50	1 816 869,57	344 391,79	534 662,85	154 823,93	86 716,73	2 937 464,87
RESULTADO	-15 587,25	14 296,76	12 761,67	11 471,18	-11 869,10	1 179,94	2 445,92	-2 408,42	819,52

Lisboa, 29 de março de 2019

O Técnico Oficial de Contas

A Direção

[Assinatura]

António Rodrigues

Maria Alice Pereira dos Santos

Maria Teresa Augusto dos Santos

Susana Tiquetudo Henriques

N.º 134992717
ANTÓNIO RODRIGUES
Membro 44599